



Geral, para apreciação e aprovação, parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Após exame das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022 com informações relativa à situação econômica, financeira e patrimonial a nós encaminhado pela Diretoria da Companhia, constatamos que as situações descritas em Ata de Reunião deste Conselho Fiscal, realizada em 21 DE MARÇO DE 2023, merecem acompanhamento por parte da COSANPA.

Assim sendo, os membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, com base no Relatório contendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa DFC, Demonstração do Valor Adicionado – DVA, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022 e parecer dos Auditores Independentes, propõem a sua aprovação, com as recomendações indicadas na presente sessão.

Belém (PA), 21 DE MARÇO DE 2023.

RENE DE OLIVEIRA E SOUSA JUNIOR

Conselheiro Titular

Presidente

CARLOS JEHÁ KAYATH

Conselheiro Titular

## RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA Estatual de Economia Mista – Sociedade Anônima de Capital

Fechado

Prezados Senhores,

### I – INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

### II – OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### III – BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

#### 2.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Companhia adota como critério para reconhecer as perdas de créditos os valores relativos às faturas vencidas há mais de 180 dias, tanto em relação às faturas de particulares (residencial, comercial e industrial) como de órgãos públicos. Essas “provisões” são registradas em conta redutora do grupo Créditos a Receber, no Ativo Circulante.

Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores individuais que compõem o saldo provisionado se enquadram nas condições de dedutibilidade fiscal (conforme os artigos 9 e 10, da Lei nº 9.430/96). A Companhia adota como critério estimar perda para todos os valores vencidos há mais de 180 dias, sem distinguir, por exemplo, se se trata de pessoa jurídica controladora, coligada, controlada ou interligada. Assim, os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes para o conjunto das Demonstrações Contábeis, já que o valor das perdas representa aproximadamente 88% dos créditos a receber e 39% da exposição ativa da Companhia (R\$ 853.903 mil, em 31/12/2022).

Destacamos, ainda, que não houve alusão ao impacto do valor faturado aos cidadãos beneficiados pelo Programa Água Pará sobre as premissas aplicadas na composição das perdas. No exercício sob análise, o valor recebido foi de R\$ 222.662 Mil, correspondente às unidades contempladas no programa. É provável que parcela significativa dessas unidades compunha o universo de devedores inadimplentes da Companhia.

#### 2.2 Intempestividade das transferências de Obras em Andamento para Imobilizado em Operação.

Do total da exposição ativa da Companhia, parcela significativa está concentrado no grupo Obras em Andamento (R\$ 1.033.236 Mil, em 2021 o saldo era de R\$ 892.885 Mil). Nos exames efetuados, não foi possível constatar controles internos que nos permitam concluir pela inexistência de distorções relevantes entre os saldos contábeis

e os relatórios subsidiários mantidos pela Companhia. Os relatórios de controle de Obras em Andamento da Diretoria Técnica apontam uma série de obras que apresentam estágio de medição em 100% e classificadas como “concluídas”, conforme Relatório de Composição de Obras em Andamento em 31 de dezembro de 2022, todavia esses saldos não foram transpostos para os grupos correspondentes.

A falta de tempestividade na imobilização das obras já encerradas, acarreta o não reconhecimento de despesas de depreciação para tais ativos, ainda que esses ativos já estejam gerando benefícios econômicos ou potencial de serviços para a Companhia. Esse não reconhecimento, por conseguinte, impacta diretamente no resultado do exercício, majorando-o, já que não houve o lançamento das despesas de depreciação efetivamente incorridas no período.

Destaca-se, ainda, que “despesas de depreciação”, no caso da Companhia, integram os custos eficientes de operação e manutenção (OPEX), que compõem a Receita Requerida. Portanto, ao não reconhecer esses custos, compromete-se a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia e não se criam bases confiáveis para possíveis revisões tarifárias de acordo com os requisitos previstos na Resolução ANA nº 79 de 14/06/2021 e Resolução AMAE nº 002 de 06/07/2017.

### 2.3 Provisões para Contingências

Conforme divulgado na nota explicativa 9 e 10, a Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Nosso trabalho incluiu a análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25 (R2) e CPC 25 e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Assim, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, obtivemos evidência apropriada de que os critérios e premissas adotados para a determinação da contabilização não estão consistentes com as normas que regem o assunto. Tal inconsistência se mostrou presente especificamente no que tange às causas cíveis com expectativa “possível”, com a contabilização desses valores no montante de R\$ 50.934 Mil, quando o tratamento contábil adequado para esses valores consistiria em tão somente divulgá-los em Notas Explicativas. Conforme controle auxiliar da assessoria jurídica, o valor das causas cíveis classificadas como “provável” perda é de R\$ 19.994 Mil (excluídas as ações de execução fiscal). Julgamos que a distorção encontrada é relevante, embora não generalizada para o conjunto das Demonstrações Contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### IV – ÊNFASES

#### 3.1 Corrosão do Capital Social por Prejuízos Acumulados

O capital social de R\$ 3.877.088 mil (R\$ 2.300.000 mil em 2021) tem sido consumido sistematicamente por prejuízos recorrentes apurados ano após ano. No exercício sob análise o prejuízo apurado foi de R\$ 285.638 mil (R\$ 125.654 mil em 31/12/2021), de forma que o saldo de prejuízos acumulados da Companhia chega a R\$ 3.635.068 mil. Destaca-se que no exercício sob análise houve a integralização dos valores recebidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no total de R\$ 1.557.088 mil, que amenizou o cenário e evitou um Passivo à Descoberto.

No exercício de 2022 a política de repasses do Governo se perpetuou, e os impactos desse cenário deficitário foram mitigados em razão dos aportes de recursos realizados pelo acionista controlador, o Governo do Estado, no valor de R\$ 116.288 mil.

Essa política deve se perenizar durante os tantos exercícios futuros quantos sejam necessários para a absorção dos precitados prejuízos acumulados até a total restauração da integridade do Capital Social.

#### 3.2 Capacidade econômico-financeira da Companhia com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas na Lei nº 11.445/2007.

Conforme exposto na Nota Explicativa nº 1, os últimos dados